

GT65: Políticas reprodutivas: imperativos, violação de direitos e antropologia em tempos extremos

Marina Nucci, Rosa Carneiro

Vemos nos últimos anos, no Brasil, o crescimento de um campo de debates antropológicos que discute temas como gravidez, parto e criação de filhos/as. Trata-se de pesquisas que, conduzidas pela perspectiva de gênero, e em diálogo com reflexões mais amplas como corpo e saúde, abordam diferentes aspectos ligados à reprodução e ao cuidado. Um dos esforços de pesquisa observados, é a atenção às prescrições e imperativos morais que são produzidos tanto pelos saberes médico-científicos, como em contraponto a eles, e que se expressam em modelos "ideais" de gestar, parir, amamentar, maternar. O que tais ideais invisibilizam, e o que trazem à tona? Como diferentes perspectivas feministas têm tentado responder aos dilemas que tais temáticas nos trazem? Tais imperativos se viram impactados pela pandemia de Covid-19, quando muitos dos direitos sexuais e reprodutivos foram violados, com ausência de serviços de saúde e descaso com a vida de mulheres cis e trans. O peso e a invisibilidade do trabalho reprodutivo foi escancarado, assim como o adoecimento dele decorrente. Partindo desses pressupostos, neste GT, inspiradas na ideia de que "toda política é reprodutiva" (Briggs 2017), procuramos reunir trabalhos que pensem práticas de maternagem dissidentes e hegemônicas; sobre gestação, parto e pós-parto; cuidado e adoecimento psíquico de mulheres; sobre quem não quer ser mãe e abortos, de maneira atravessada ou não pela pandemia, mas de modo a atualizar uma "antropologia da reprodução" brasileira.

A invisibilidade das mulheres dos Ipês em contexto de pandemia

Autoria: Elizangela Ferreira Silva Paz

O texto a seguir propõe a reflexão sobre a condição de invisibilidade da mulher da comunidade dos Ipês que foi agravada em contexto de pandemia da covid-19, a partir da convivência e dos relatos on-line com um grupo de 19 mulheres através das aulas remotas ministradas aos seus respectivos filhos na turma virtual do ensino fundamental - séries iniciais de uma escola pública de João Pessoa - PB. (Martin, 2006) Dialogando sobre questões complexas de [naturalização] da exploração feminina em suas relações sociais na família, no trabalho e enquanto membro de uma minoria social passível de constantes silenciamentos. O trabalho tem como base uma pesquisa realizada entre abril a agosto de 2021, de forma totalmente virtual, por ocasião do período remoto das aulas através dos serviços e ferramentas disponibilizados pelo aplicativo do whatsapp. Tratava-se de aulas remotas ministradas a uma turma do ensino fundamental numa escola municipal de João Pessoa. No corpo do trabalho é apresentado o perfil socioeconômico das mulheres que compõem a pesquisa e o contexto no qual estão inseridas. Trata também a importância da expectativa de gênero da mulher para manutenção das atividades sociais, como também a invisibilidade delas na sociedade, na família e para si mesmas. Serão abordados os temas de distinção de gênero, trabalho feminino e discriminação, naturalização das desigualdades entre homem e mulher e o papel da mulher na manutenção das atividades na sociedade, a partir das contribuições de Emily Martin (2006), Adriana Piscitelli (2009), Sueli Carneiro (2011) e Patrícia Hill Collins (2019). As mulheres da pesquisa são aquelas que possuem uma tripla jornada ou como nos lembra Martin (2006, p. 280) são mulheres triplamente oprimidas, (...) com sua consciência formada por suas experiências de trabalhadora, como membro de um grupo minoritário e como mulher que está no cerne da resistência. Palavras-chave: Mulheres dos Ipês, invisibilidade, pandemia.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

